

Carlos Leone

PORTUGAL EXTEMPORÂNEO

HISTÓRIA DAS IDEIAS DO DISCURSO
CRÍTICO MODERNO (SÉCULOS XVI-XIX)

Vol. I

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2005

NOTA PRÉVIA

Os dois volumes que a INCM agora publica foram apresentados à FCSH/UNL em Junho de 2004, como dissertação complementar de doutoramento (o relativo à Europa moderna) e dissertação de doutoramento (o relativo a Portugal contemporâneo) em História das Ideias. A sua relação é, portanto, natural, mesmo se de facto são trabalhos independentes.

Nos dois anos que medeiam entre a conclusão do trabalho de escrita e a sua publicação em livro, o estado da arte sobre a matéria não se alterou significativamente. Seria incorrecto, no entanto, omitir aquilo que é, pois continua a sê-lo apesar de tudo, o aspecto mais original de *Portugal Extemporâneo* propriamente dito, relativo ao século xx português: a relevância do tema do medo nas relações sociais. No Inverno de 2004-2005 este tema ganhou destaque público graças, não só mas principalmente, a um pequeno livro de José Gil, *Portugal, Hoje*. Apesar de ser um trabalho interessante, ignora justamente aquilo que compõe o centro deste trabalho, a vasta reflexão de autores portugueses contemporâneos sobre o tema. Também aqui, talvez até sobretudo aqui, o estado da arte está ainda como foi apresentado na dissertação.

Em geral, vários textos aqui referidos como inéditos foram publicados. Contudo, esta edição mantém o texto da dissertação sem o actualizar nem fazer acrescentos à bibliografia. As modificações foram apenas de pormenor, na expressão. Um apêndice à dissertação, contendo cinco monografias, foi retirado por se considerar que é desnecessário publicá-lo.

Mesmo sem pretensões a «besta célere», estes dois volumes esperam ser úteis ao leitor, como é de esperar num trabalho deste género.

Paço de Arcos, Setembro de 2005.

C. L.

ÍNDICE ANALÍTICO

Introdução: método, objecto, plano de trabalho e agradecimentos.

1. «Ambições e condição do discurso crítico humanista (Erasmus)»: Renascimento, Modernidade e discurso crítico; Erasmo, *A Guerra*; Eric Voegelin, crítico do irenismo.
2. «Como a crítica se desvinculou do passado: o fazer da História»: o projecto crítico do Humanismo; Montaigne; La Boétie (*Discurso da Servidão Voluntária*).
3. «Condições da crítica: Laicidade e História»: Política, Direito, Ética; a Modernidade segundo A. Renaut; Leo Strauss, crítico da Modernidade.
4. «A crítica na cidade: Espinosa e a prática crítica»: a natureza antropológica da crítica pública; liberdade de pensamento e liberdade de expressão (política, não metafísica); crítica e poder público.
5. «Que é a Modernidade?»: Blumenberg face à tese da secularização e as duas tensões da Modernidade; Schmitt, leitor de Blumenberg (ciência ou teologia da história?); crítica e liberdades na Modernidade.
6. «De Hobbes a Richelieu — e Habermas»: Hobbes; Richelieu (*Testamento Político*); Habermas sobre a génese do espaço público. A crítica e os seus registos (especializado e político-económico) do absolutismo ao fisiocratismo.
7. «A crítica não é (só) uma opinião»: Shaftesbury e o público dos *gentlemen* como pré-figuração do cosmopolitismo; Montesquieu e a lei cosmopolita (a causa moral sobre a causa física).
8. «Como a utopia se realizou: a crítica, instituição moderna»: recapitulação; Koselleck e a denúncia da «hipocrisia» iluminista; cisão entre discurso crítico e críticas especializadas (*Ensaíos...*, de D. Hume); continuidades e mutações no discurso crítico iluminista.

9. «A institucionalização do discurso crítico»: o ensaísmo humeano; o cometa (P. Bayle); Antigos e Modernos: Voltaire e o fim da crítica neoclássica; D'Alembert (a *Enciclopédia*); crítica e censura (Diderot e Frederico II).
10. «O progresso pela crítica»: Nisbet e Löwith, ainda a secularização; Adorno e a vinculação paradoxal de crítica e progresso na filosofia moderna.
11. «Progressos e desigualdades»: Condorcet; Mary Wollstonecraft e a Mulher; Rousseau, um *Discurso* sobre o Progresso.
12. «Um Kant prático»: Kant como crítico (lendo Viriato Soromenho-Marques); Kant no termo das Luzes (a década de 1780); Crítica e Universidade (*O Conflito das Faculdades*); o sinal kantiano da cisão romântica no discurso crítico.
13. «Os vários estômagos»: Isaiah Berlin sobre o movimento romântico; o jovem Fichte; F. Schlegel e os dois estômagos da crítica; Carl Schmitt e o Romantismo apolítico.
14. «Epílogos»: Schleiermacher, a crítica como técnica hermenêutica; Constant, o discurso crítico e as liberdades modernas.

Introdução

(sobre o método, o objecto e o plano de trabalho)

Este trabalho é um esboço de explicação, em sentido hempe-
liano, da função histórica que o discurso crítico teve na constitui-
ção das liberdades modernas na Europa entre a segunda metade
do século XVI e a primeira metade do século XIX. Por isso, o es-
sencial para que possa ser lido é um conhecimento claro do que
se entende por «esboço de explicação» (método) e «discurso críti-
co» (objecto). Só assim o sentido da função histórica e o devir da
constituição das liberdades modernas pode ser inteligível.

Não é a nossa primeira tentativa neste campo. Na realidade,
parte da crítica de uma perspectiva que se revelou pouco frutífe-
ra, ensaiada no que não foi uma tese de mestrado (Leone, 2000).
O modo como desse ensaio resultou um projecto investigação, de
que este trabalho faz parte, encontra-se descrito na «Introdução»
da nossa dissertação de doutoramento (Leone, 2004). Tal como
em 2000, a bibliografia dedicada ao tema «crítica» é escassa. Em
contrapartida, são demasiado numerosas para elencar as referên-
cias dispersas a «críticos», «espírito crítico», etc., numa sucessão
de termos que aqui, com o decorrer do trabalho, acabámos por
resumir em «discurso crítico». Daí termos dito ser essencial acla-
rar o que foi o trabalho, metodologicamente, e o que vem a ser
«discurso crítico».

Num artigo de 1942¹, «A Função de Leis Gerais em História»,
C. G. Hempel defendeu a tese de não existir nenhuma diferença

¹ Trabalhado a partir da tradução portuguesa, incluída em Gardiner,
ed., 1995: 421-435.

substantiva na função científica do termo «lei» quando aplicado aos saberes históricos (i. e., ciências sociais e humanas). Num argumento que ecoa a crítica de Max Weber à escola de Dilthey e sua divisão de ciências entre «naturais» e «do espírito» (mas sem nunca citar Weber), Hempel afirma que a explicação dos fenómenos históricos por meio de leis gerais se caracteriza por não esgotar o seu objecto mas, em vez disso, enquadrá-lo num «esboço de explicação» que o torna inteligível e que prepara um estudo mais aprofundado desse mesmo objecto, até o darmos por satisfatoriamente estudado ou por esgotadas as virtualidades do «esboço» e o substituímos por outro. Estou a resumir, mas não a deformar. O valor da tese de Hempel, a nosso ver uma versão simplificada dos «tipos ideais» weberianos², está em encontrar um equilíbrio entre a mobilidade e renovação constante dos fenómenos sociais e a estabilidade e homogeneidade próprias do conhecimento científico. Por isso, a função das leis gerais do conhecimento histórico não é serem exaustivas quanto ao conhecimento disponível nem preverem os acontecimentos concretos, mas sim articular o que conhecemos e identificar o que é previsível acontecer dentro de um conjunto de hipóteses verificáveis.

Deste modo, esta história da ideia de crítica na Modernidade não pretendia esgotar o seu objecto, apenas identificar um conjunto de elementos seus constituintes que o caracterizassem e permitissem desenvolvimentos futuros (de tipo monográfico, por exemplo), susceptíveis de pormenorizarem a explicação aqui apresentada para a relevância que a «crítica» adquiriu desde o século XVI. *Foi ao esboçar a articulação entre o conceito moderno de liberdade (segundo B. Constant) e a função social da crítica que o termo «discurso crítico» surgiu como mais apropriado. Se o nosso esboço explicativo se revelar eficaz, resultará claro o vínculo cada vez mais nítido (no período entre os séculos XVI e XIX) entre a definição teórica do discurso crítico e a afirmação social das relações políticas modernas sintetizadas por Constant.*

Em Erasmo e La Boétie encontramos um exercício pessoal e voluntarista da crítica, o qual evolui de forma espontânea para uma defesa do valor social da crítica (em Espinosa e em Bayle) e, posteriormente, para a afirmação pública do «crítico» como ho-

² Aspecto que desenvolveremos na introdução geral da antologia que organizamos actualmente, sobre metodologia do conhecimento histórico.

mem moderno por excelência (Shaftesbury, Montesquieu, Hume, D'Alembert). Por fim, as duas últimas décadas do século XVIII, sobretudo nos textos de Kant, Fichte e F. Schlegel, evidenciam como o processo chegou ao seu termo: uma vez constituído um espaço público moderno, que suplanta a ordem absolutista, os limites da crítica (Kant) não só se esbatem (o jovem Fichte) como rapidamente ficam para sempre comprometidos (F. Schlegel) — e com o fim da cultura iluminista que entronizara o discurso crítico como promotor de progresso social é também o fim da unidade de cultura e crítica que se consuma. O percurso termina por isso com Schleiermacher, numa visão técnica da crítica, e com Benjamin Constant, numa aceção política do discurso crítico. Nos seus textos encontramos, dadas como adquiridas, as reformas reclamadas no século XVI. Depois, o discurso crítico entra, a nosso ver, naquilo a que se pode chamar o seu período contemporâneo, do qual ainda hoje estamos a sair.

No período que nos interessa, o processo não é linear, como as discussões em torno do conceito de «progresso» deixam claro. Também os processos sociais de produção do discurso crítico não são simples, como as sucessivas cisões da unidade desse discurso, em registos especializados diversos e em formas políticas generalistas, deixam perceber. São estas questões específicas, e a polémica que desde sempre a todas marca, que nos levam a incluir no comentário sequencial dos textos vários capítulos e subcapítulos centrados em conceitos de autores contemporâneos que alcançaram já um estatuto teórico idêntico ao dos modernos. Em nosso entender, é impossível discutir hoje a modernidade sem empregar conceitos contemporâneos como os que encontramos em Habermas (espaço público), Löwith e Schmitt (secularização) ou Strauss e Renaut (laicização). Mesmo quando não temos disso consciência, como no caso do Romantismo — «ismo» que nenhum romântico empregou. Não são portanto excursos os capítulos «temáticos», são discussões de idêntico valor às leituras dos autores modernos. Neste espírito, toda a bibliografia utilizada é «primária», não há «fontes secundárias», nem «bibliografia passiva» ou outras distinções habituais em trabalhos académicos³.

³ Também o modo de citar, segundo o modelo anglo-americano, pretende ser o mais breve e simples, mesmo que para isso prescindia por vezes (poucas) de uma total homogeneidade. De igual modo, além de só incluir autores de facto relevantes na realização do trabalho em vez de todos os

O objecto deste trabalho, assim, é o discurso crítico moderno estudado a partir de um conjunto de textos relevantes para a instituição de uma ordem social diversa da tradicional. O acesso a tais textos é hoje mediado não só pelos conhecimentos de que dispomos sobre a sua origem, transmissão, recepção, etc., mas também pelo aparato conceptual que sucessivos autores elaboraram a respeito quer desses textos quer dos seus autores. Mesmo se entre esses autores privilegiamos os que mais influentes foram na segunda metade do século xx, com isso não pretendemos sobrevalorizar as leituras que fizeram face a reflexões anteriores; na verdade, a tese da secularização parece-nos ser uma versão tardia de uma intuição de Nietzsche (pese embora quem defende tal tese), tal como as leituras da «primeira Escola de Frankfurt» (e da «segunda», no caso de Habermas) nos parecem ser desenvolvimentos de ideias marxistas. Tal como a selecção de autores e textos dos séculos xvi-xix não pretende ser exaustiva de tudo aquilo que foi produzido no período mas apenas do que permanece pertinente hoje para o nosso estudo, também as reflexões contemporâneas que discutimos são seleccionadas não só pelo seu valor intrínseco, mas igualmente em função da sua pertinência para fazer avançar o nosso trabalho.

Trabalho autónomo, ele é também uma «tese auxiliar» ou «complementar». Isto é, a sua discussão científica é independente da dissertação de doutoramento que acompanha mas tem-na presente. *Na circunstância, isso significa que o «discurso crítico» que caracterizamos como intervenção intelectual pública, na Europa dos séculos xvi a xix, em defesa da instituição social de um conjunto de liberdades modernas é o mesmo «discurso crítico» que veremos desenvolver-se em Portugal ao longo do século xx. Mas se a função social deste tipo de intervenção foi a mesma na Europa dos séculos xvi a xix e no Portugal do século xx, isso não deve ser motivo para fantasiar identificações entre autores de tempos e contextos tão diversos.* Tal como neste trabalho não se «antecipa» o século xx português, também na dissertação de doutoramento não se fala em nenhum «Mon-

consultados, a bibliografia contém apenas a informação relevante em cada título (na edição efectivamente utilizada). Também a concepção dos índices pretende facilitar o uso do trabalho sem o sobrecarregar com listagens supérfluas. Em questões ortográficas — e mesmo de optar, ou não, por traduzir os excertos citados — optei sempre consoante o caso concreto, prestando apenas a possibilidade de cair em contra-sensos.

taigne português» ou num qualquer «nosso Espinosa». Na realidade, o título da dissertação de doutoramento indica isso mesmo: «Portugal Extemporâneo» significa que Portugal permaneceu fora do processo de modernização da Europa Ocidental quando este decorreu (e nestas páginas se verá como para Montesquieu e Wollstonecraft, entre tantos outros, esse barbarismo foi notado) e só fez o seu próprio e isolado caminho tardio para a modernidade no século xx. Se a transformação cultural é funcionalmente equivalente, tratando-se de uma mudança sobretudo de *praxis* e não apenas de mentalidades, isso não é motivo para confusões vagas. Só identificando, pelo estudo do discurso crítico, o que foi a Modernidade europeia se pode compreender, pelo estudo do discurso crítico, o que é a modernização contemporânea de Portugal. É precisamente por causa da descontinuidade histórica que a explicação é necessária, e precisamente pela natureza histórica do objecto a explicar que aqui se tenta um esboço de explicação.

Como é vulgar no trabalho académico, alguns outros textos, menores, serviram já para ir antecipando algumas ideias (conferindo-lhes alguma validação institucional), sendo por isso referenciados aqui (concretamente, os artigos que publiquei em 2003 na revista *Metacrítica*). Em rigor, todo o plano destes catorze capítulos foi fortemente condicionado por dois anos lectivos de aulas na licenciatura de Filosofia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, nos quais o zelo dos professores Oswaldo Market, primeiro, e Fernando Santos Neves, a seguir, muito contribuiu para que me ocupasse de Filosofia Moderna como nunca antes o tinha feito. (O facto de este ser um trabalho para provas científicas em História e Teoria das Ideias não altera nada pois, tal como para Hempel, a unidade das ciências — sociais e humanas, e não só — é para mim evidente.) Esse trabalho docente não está aqui reflectido na medida que a Filosofia Moderna que me coube ensinar foi sobretudo teoria do conhecimento, mas o que aqui não está presente, ou está apenas como pressuposto, foi excluído pela ponderação das matérias a que a preparação das aulas obrigou. Neste ponto, é de lei informar que beneficiei do estatuto de bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia desde Setembro de 2001.

Mais do que isso, beneficiei sobretudo de quem me suportou nestes anos. *Maxime*, o meu orientador, que na minha licenciatura conheci ainda jovem assistente pleno de potencial e hoje é um ponderado Professor Associado da UNL/FCSH (eles existem, e são raros). Sem a disponibilidade e o interesse permanentes de

Manuel Filipe Canaveira este trabalho teria conhecido, provavelmente, o mesmo fim do malogrado mestrado. Sobre a influência de Miguel Real escrevo o suficiente na «Introdução» da dissertação de doutoramento. Sousa Dias, Diogo Pires Aurélio e João Paulo Monteiro fizeram-me o favor de ler versões iniciais de quase todos os capítulos e Leonor Santa Bárbara foi insuperável em várias, tantas, expedições a bibliotecas e fotocopiadoras. De outras ajudas e sugestões pontuais o texto dá conta.

Só não dá conta, por não haver ponte nem porta para tanto, das provas de amizade na conversão dos elementos beta em alfa — esse é um vínculo maior que qualquer letra.

Paço de Arcos, Setembro de 2003.

ÍNDICE GERAL

Nota prévia	7
<i>Índice analítico</i>	9
Introdução	11
1. Ambições e condição do discurso crítico humanista (Erasmus)	17
2. Como a crítica se desvinculou do passado: o fazer da História.....	33
3. Condições da crítica: Laicidade e História	49
4. A crítica na cidade: Espinosa e a prática da crítica	59
5. Que é a Modernidade?	71
6. De Hobbes a Richelieu — e Habermas	87
7. A crítica não é (só) uma opinião	101
8. Como a utopia se realizou: a crítica, instituição moderna	117
9. A institucionalização do discurso crítico	131
10. O progresso pela crítica	147
11. Progressos e desigualdades	159
12. Um Kant prático	173
13. Os vários estômagos	189
14. Epílogos	211
<i>Bibliografia</i>	225
<i>Índice onomástico</i>	229

Vol. II

<i>Índice analítico</i>	7
Introdução	11

PARTE I

Uma conjuntura pré-moderna

1. Sinfonia de abertura	25
2. O discurso crítico face ao messianismo	39
3. O discurso crítico como opção política face à História de Portugal	59
4. <i>Disjecta membra</i> : como o Modernismo se antecipou em Portugal	73
aos Modernos	
5. União cívica e desunião intelectual: a autonomização do discurso	89
crítico dos «jovens»	
6. Mito por mito: a «mitocrítica» de Eduardo Lourenço e a entronização	109
do Modernismo sobre a Modernidade	
7. Consequências de um Modernismo classicista: arte viva e civismo	137
crítico	
8. Do Progresso para o futuro à revolução no presente: o civismo	155
crítico entre a cultura humanista e cultura integral	
9. Partidarização do civismo, especialização do discurso crítico ...	183

PARTE II

Uma conjuntura de transição

10. A transição do discurso crítico para uma nova estrutura: a caminho	201
da universidade	

11. As ciências sociais, tempo e contratempos	223
12. Filosofia e História, o dilema da cultura portuguesa entre tradição castiça e modernidade estrangeirada	245
13. Rumo à Europa	271
14. A caça a Sérgio	293
15. O neo-realismo sobre o neo-realismo: o passamento da geração de 1930	317
16. Estrangeirados, um conceito contemporâneo	337
17. Uma sociedade civil	367

PARTE III

Uma conjuntura europeia

18. O 25 de Abril: crise ou revolução?	401
19. O novo <i>establishment</i>	425
20. O Fiel Inimigo	443
21. Portugal como Europa	467
<i>Bibliografia</i>	487
<i>Índice onomástico</i>	499

Carlos Leone

PORTUGAL EXTEMPORÂNEO

HISTÓRIA DAS IDEIAS DO DISCURSO
CRÍTICO PORTUGUÊS NO SÉCULO XX

Vol. II

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2005

ÍNDICE ANALÍTICO

Introdução.

PARTE I — Uma conjuntura pré-moderna.

1. «Sinfonia de abertura»: o problema geracional; o discurso crítico e a geração de 1910 (a questão da Modernidade em Portugal); em torno da sociedade dual; o *Inquérito Literário* de Boavida Portugal.

2. «O discurso crítico face ao messianismo»: o problema da especialização entre os novos; uma nota a partir de Proença (ainda a especialização na definição do crítico); Pascoaes face ao *Inquérito*; Pascoaes, Cortesão e Proença (dos manifestos às polémicas); Cortesão e Pascoaes, continuidades e divergências na saudade; Sérgio perante o saudosismo.

3. «O discurso crítico como opção política face à História de Portugal»: os termos políticos em confronto; D. Sebastião como mito sergiano; o seiscentismo como sintoma do antieuropeísmo crónico português; política e moral: da autoridade à educação.

4. «*Disjecta membra*: como o Modernismo se antecipou em Portugal aos Modernos»: o Modernismo contra a Modernidade; Pessoa e os impasses do Modernismo numa sociedade pré-moderna (*Orpheu*); José Régio e a formação da linguagem do discurso crítico moderno (*Presença*).

5. «União cívica e desunião intelectual: a autonomização do discurso crítico dos 'jovens'»: uma nova dualidade, entre os jovens de 1915; «Homens Livres» — de quê? (a *Revista dos Homens Livres*); Proença e Benda (civismo e crítica); Jaime Cortesão como exemplo do civismo crítico; para além da *Seara* e do seu civismo, a militância de uma nova juventude (o jovem Rodrigues Miguéis e o comunismo revolucionário contra o progressismo seareiro).

6. «Mito por mito: a 'mitocrítica' de Eduardo Lourenço e a entronização do Modernismo sobre a modernidade»: o «presencismo» de Régio como prática crítica; o modernismo não traiu: António Ferro, figura da consciência feliz (*Leviana*); Eduardo Lourenço: mito crítico, *mitocrítico* (o nascimento do mito Orpheu pelo mito presencista); «Uma presença humana» são várias *presenças* (Adolfo Casais Monteiro); melancolia do «progresso» (um debate significativo); o lirismo acríptico de João Gaspar Simões (aproximações ao mito «os de *presença*»).

7. «Consequências de um Modernismo classicista: arte viva e civismo crítico»: da «arte pela arte» à «arte viva», os termos de Régio; da carta de cisão até à polémica com Cunhal (a emergência da cultura neo-realista na crítica da década de 1930); polémica Régio/Cunhal; excuro sobre incompatibilidades mais do que geracionais (Adolfo Casais Monteiro e João Pedro de Andrade).

8. «Do Progresso para o futuro à Revolução no presente: o civismo crítico entre a cultura humanista e cultura integral»: razões para contrastar Sérgio com Caraça; filosofia, educação e civismo (a «pátria moral» de Sérgio); a *Educação Cívica* segundo Sérgio; Rodrigues Miguéis, crítico do progressismo (surge a geração revolucionária); Caraça, pensador do «humanismo integral»; Filosofia e Ideologia no marxismo português (diálogo com A. P. Pita).

9. «Partidarização do civismo, especialização do discurso crítico»: sobre o sucesso cultural do marxismo português; «diamate» e crítica — a «Ficha 14» e *Uma Abelha na Chuva* (a polémica); «engenheiros de almas» e «crítica de tendência», nova linguagem para uma outra atitude (Álvaro Cunhal ou António Vale); existencialismo, ainda outra linguagem (E. Lourenço, leitor de M. Torga).

PARTE II — Uma conjuntura de transição.

10. «A transição do discurso crítico para uma nova estrutura: a caminho da universidade»: novo contexto do discurso crítico, a universidade (*linhas gerais dos capítulos da parte II*); dos literatos aos teóricos da literatura (Salgado Júnior, J. do Prado Coelho, Mourão-Ferreira); do lado neo-realista, da crítica de tendência até à crítica especializada (A. J. Saraiva e O. Lopes); nota final sobre metodologia.

11. «As ciências sociais, tempo e contratempos»: Armando de Castro e o papel das ciências sociais e humanas na sociedade portuguesa actual; Orlando Ribeiro e Jorge Dias (antropologia e geografia modernas); Adérito Sedas Nunes (sociologia desenvolvimentista); Vitorino Magalhães Godinho (história como ciência social e humana).

12. «Filosofia e História, o dilema da cultura portuguesa entre tradição castiça e modernidade estrangeirada»: sociedade dual, regime dual

(a liberdade universitária, o caso Sílvio Lima); impasses e adiamentos (Joaquim de Carvalho e o professorado neutro); Eduardo Lourenço e a heterodoxia; a «Filosofia portuguesa» (notas de M. Antunes, Vieira de Almeida e Teotónio de Almeida); educação e poder na história da história em Portugal (Rui Grácio); Magalhães Godinho e a História de Portugal revista pela teoria; a especialização na historiografia (de M. Dionísio a J.-A. França).

13. «Rumo à Europa»: a Europa como horizonte de sentido na universidade portuguesa da segunda metade do século xx; Bento Caraça e a crise europeia; Abel Salazar e *A Crise da Europa*; reacção e «catolicismo» face à Europa (J. S. Silva Dias e Henrique Martins de Carvalho); diálogo com a Europa contemporânea (de S. Lima a E. Lourenço).

14. «A caça a Sérgio»: crítica e ciência no ensaísmo de Sérgio e na sua recepção historiográfica; recepção «tradicionalista»; recepção «apologética»; reacção de «ultrapassamento» político (em *O Tempo e o Modo* e em V. Magalhães Vilhena); excuro sobre a nova racionalidade (V. Ferreira e E. Lourenço); recepção «académica» (A. Campos Matos; Sottomayor Cardia; A. P. Mesquita); recepção «crítica» (E. Lourenço e outros); V. Magalhães Godinho e a nossa leitura do sergianismo na história do discurso crítico português.

15. «O neo-realismo sobre o neo-realismo: o passamento da geração de 1930»: a questão da linguagem no abandono dos quadros teóricos da geração neo-realista; A. P. Pita, leitor de C. Reis: uma leitura alemã de M. Torga; a caça a Gaspar Simões; E. Lourenço, sobre J. Gaspar Simões e a «nova crítica»; o estruturalismo em Portugal (Eduardo Prado Coelho); ambiguidades e linhas de fuga no neo-realismo (Carlos de Oliveira).

16. «Estrangeirados, um conceito contemporâneo»: o conceito (Borges de Macedo, leitor de Sérgio); excuro com E. Lourenço e a marca nacional nos «estrangeirados»; ainda Borges de Macedo, e como o «estrangeirado» manteve a sua moral adquirindo competência científica (Hermínio Martins; Oliveira Marques, José-Augusto França e Vitorino Magalhães Godinho; Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena; Vasco Magalhães Vilhena; Eduardo Lourenço; António José Saraiva; Alberto Pimenta). Duplo exílio e nota sobre desenvolvimentos futuros.

17. «Uma sociedade civil»: novo estrangeiramento, novo espaço público; ainda António Sérgio; V. Ferreira (de *O espaço do invisível*); diálogos de economistas (Sérgio Ribeiro e Francisco Pereira de Moura); reformas dentro do sistema (de Sedas Nunes à reforma Veiga Simão); SEDES, o futuro «progressismo» oficial; oposições à esquerda (Sottomayor Cardia e os congressos de Aveiro); crítica da tradição e feminismo («as três Marias» e Carlos de Oliveira, José Cardoso Pires e António Osório); censura, exame prévio (J. Cardoso Pires e Francisco C. P. Balsemão); «concluindo» (E. Lourenço e Spínola sobre a descolonização).

PARTE III — Uma conjuntura europeia.

18. «O 25 de Abril: crise ou revolução?»: visto à direita (Jaime Nogueira Pinto); V. Magalhães Godinho em 1976; Eduardo Lourenço como ensaísta político; *primeiras conclusões* (e respostas à pergunta do capítulo).

19. «O novo *establishment*»: a saída da crítica da universidade na década de 1970 e o seu regresso; «segundas edições» (a literatura, desde A. J. Saraiva em 1946 até E. Lisboa e A. Pinheiro Torres na década de 1970); a segunda massificação — a do corpo docente (lembrando Magalhães Godinho, Sedas Nunes, França e Luzes); o último *maitre à penser* (E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade*); uma hipótese para a incomunicação social portuguesa: o medo.

20. «O Fiel Inimigo»: *a tese deste trabalho — o medo, não o provincianismo ou o irrealismo, é o principal responsável pela nossa persistente pré-modernidade*. Revisão do século xx português, desde o final do século xix até ao século xxi. A Modernidade constrói-se pela responsabilidade, *sobre o medo*, e as tibiezas do espaço público português contemporâneo fazem do medo um navio-fantasma («espectro»), *condicionante acrítica de uma sociedade civil portuguesa já europeia*.

21. «Portugal como Europa»: reflexão sobre o sentido e o método do percurso da dissertação; especializações do conhecimento científico; Portugal e a Europa, uma imagem ensaística (E. Lourenço) e imagens científicas (B. Sousa Santos; M. Villaverde Cabral; J. Ferreira de Almeida). Uma inconclusão — O fim da pré-história do discurso crítico.

Introdução

Dois dias antes de começar a escrever o que aqui surge como capítulo 1, o *Público* evocou no seu suplemento Mil-Folhas o centenário do nascimento de João Gaspar Simões. Entre os artigos, um de Eduardo Lourenço distinguia-se por uma observação judiciosa (cito de memória), «para mal dos nossos pecados, encontra-se ainda por fazer a história da crítica em Portugal». Sem discordar no fundo, a forma merece um comentário: é para bem desses «pecados» que tal história não se faz. De resto, o que poderia ser uma história assim, quando já só existe — e mesmo assim cada vez menos — a chamada «crítica especializada» em vez de crítica?

Três anos antes, ou quase, tinha sido esta situação a estar na origem do trabalho que agora está, provisoriamente, completo. Ao apresentar um livro meu, em Maio de 2000, Miguel Real não se limitou aos elogios e adjectivos da praxe (de resto abundantes e imerecidos). Fez um trabalho crítico, defendendo que esse meu livro (*Introdução ao Cesurismo Contemporâneo*) não se integrava em nenhuma das duas grandes tradições da crítica portuguesa, a histórica que descendia de Herculano e a literária que começara com Garrett. Além disso, identificava ainda uma terceira, mais vaga, epistemológica e filosófica, referindo também os nomes maiores do ensaísmo, que não cabem em nenhuma delas (o texto lido na apresentação do livro foi depois publicado no *Jornal de Letras*). Ao fim de um ano, sensivelmente, em que passara por um período de marasmo intelectual deprimente, os elogios ao livro não me distraíram do essencial, a oportunidade que Miguel Real me deu de fazer a história dessas «tradições» e, sobretudo, das relações entre elas. Desde então, e mesmo antes disto, não será exagerado

atribuir ao Miguel Real a maior influência directa na concepção deste trabalho.

Como uma simples consulta ao índice pode indicar, a estrutura final ficou longe do projecto inicial centrado em «tradições», desde cedo comprometido pelos sucessivos hiatos na continuidade histórica dessas tradições. Foi aliás por força desses hiatos que a relação entre essas «tradições» ganhou dimensão no trabalho e levou à consideração não tanto de «tradições», agora dispersas por críticas especializadas, como de um discurso crítico português com características similares ao discurso crítico europeu moderno. Do projecto inicial persiste, no entanto, o essencial: o objectivo (uma história), o objecto (a crítica) e uma atenção à contemporaneidade que não subvaloriza o presente em nome de uma «objectividade» supostamente garantida pelos cemitérios.

O trabalho a realizar, tal como delineado no Verão de 2000, implicava uma sensação de começar do zero. Essa sensação era aparente, mas não por completo. Aparente por a contemporaneidade já antes me interessar (mesmo que a tenha trabalhado sem sucesso, como no livro de 2000), e por uma actividade crítica nos *media* (sobretudo entre 1995 e 1999) me ter dado oportunidades para a trabalhar. Mas, de facto, o que já fizera não tinha sequência ou ordem de conjunto, não podia servir de modelo. A juntar a isso, o afastamento do jornalismo e a quebra de um contrato de traduções, coincidente com a recusa da bolsa solicitada à FCT, fez de 2000-2001 um ano memorável pelas piores razões. Visto a três anos de distância, teve apenas dois méritos, o de provar que mesmo nas piores condições o trabalho pode avançar e o de provar como os grandes problemas ajudam a ignorar cretinices menores do quotidiano. Este último ponto é particularmente relevante, pois em Outubro de 2001 tornei-me assistente da licenciatura em Filosofia da Universidade Lusófona, já como bolseiro da FCT (ao fim de um ano como empregado do Centro de História da Cultura, o Professor José Esteves Pereira escrevera uma carta recomendando as minhas prendas à Fundação).

Não tendo eu demasiadas ilusões, a vida docente não me desiludiu, muito embora o meu projecto de leccionar num curso com grande espaço curricular para a cultura lusófona, e assim trabalhar melhor alguns aspectos da minha investigação, saísse completamente frustrado. A partir de Outubro de 2001, com a bolsa e as quatro horas de carga horária semanal que ela permitia, passei a dividir o meu tempo entre a dissertação e a Filosofia

Moderna que, sob designações várias, leccionava. Num primeiro momento, não alterei demasiado a rotina de trabalho: lia e escrevia, lendo menos do que queria e escrevendo pior do que devia. Apesar de a distribuição de serviço me ter atribuído temas e autores como teoria do conhecimento e Descartes, Locke e Hume, a necessidade de preparar as aulas devolveu-me, ou com ela obtive pela primeira vez, uma visão organizada da modernidade europeia (séculos XVI a XIX), que esteve na origem da conversão da terminologia usada na dissertação de doutoramento, de «crítica» para «discurso crítico». Vendo a Europa moderna como funcionalmente crítica, isto é, como constituída a partir da promoção pelo discurso crítico de um conjunto de liberdades modernas só plenamente realizadas num espaço público e numa sociedade civil tendencialmente republicanas e democráticas, foi o próprio conceito de crítica que se redefiniu para mim depois do ensaio insatisfatório de 2000. Agora como «discurso crítico», foi apenas uma questão de tempo até que a imagem de conjunto, o esboço de explicação, se definisse. Essa definição tornou-se gradualmente nítida a partir de Março de 2002, quando comecei a leccionar Filosofia da História. Contrariando concepções idealistas, optei por planificar o semestre em função da evolução da Filosofia da História, desde os seus precedentes pré-modernos até à sua dissolução em questões metodológicas no último quartel do século XIX. Para esse trabalho, autores como Weber e Hempel eram necessários e, ao relê-los, foi a metodologia da tese que se redefiniu: o «discurso crítico», não se dividiria em «tradições» disciplinares distintas, antes seria objecto de um esboço de explicação que o identificasse na sua função social.

Mas a relevância das questões metodológicas é nítida, espero, sobretudo ao estudar um meio onde elas têm menos sido seguidas com menor interesse, como sucede em Portugal. Nessa medida, e ao estruturar-se em três partes expressamente definidas em funções de conjunturas que se sucedem (mais tematicamente do que sob modo cronológico puro), esta dissertação pretende ser convencional. Pretende ser uma dissertação com méritos científicos, isto é, propõe-se fazer avançar o conhecimento científico disponível sobre o seu objecto. Desde logo, respondendo à pergunta que quase todos me fizeram: «mas o que é 'crítica'?», ou por vezes «mas aí não cabe tudo?». De facto, o termo «crítica» é usado quase sempre em sentido pejorativo, excepto quando é hora de louvar as virtudes do «rigor» e da «excelência», manifestamente para nunca as praticar. Ora, o que um trabalho como este, metodologicamente

assente numa teoria da ciência bastante influente (a de Hempel), pode pretender é definir de forma científica o seu objecto. Sendo este um objecto histórico, um discurso crítico com função social explicitamente enunciada, dizer que a dissertação pretende ser convencional significa afirmar que, nela, o que importa é a visão de conjunto que propicia pelo método com que é feita e não qualquer originalidade exclusivista, só acessível à «alma lusitana». Esta amplitude e esta pretendida universalidade condicionam desde o início o trabalho, ao enfatizar a questão que a Europa é, desde há muito, para o discurso crítico português, quer para o que se tentou sem se manter no século XIX (aqui apenas mencionado) quer para o que se fez no século XX (o objecto da dissertação).

Sobre o nosso século XX, portanto, a explicação que é dada para a evolução do discurso crítico e da sociedade portuguesa não deve ser avaliada em função de dar mais «espaço» a este ou aquele, ou de «elogiar menos» aquele do que este. Há de facto autores menos tratados do que outros, mas mesmo quando isso também se deve a desagrado pessoal meu (por exemplo, relativamente ao geometrismo visual de Almada, como me fez ver Alberto Pimenta), a questão não é de humores. A questão é metodológica, e por isso não há «maiores» ou «menores», nem paralelos entre a modernidade europeia e a contemporaneidade portuguesa, mas apenas uma equivalência funcional do discurso crítico na sociedade europeia moderna e na sociedade portuguesa contemporânea. Por o processo ter ocorrido tardiamente em Portugal, o título é *Portugal Extemporâneo*. E, ainda a propósito da convencionalidade, é apenas justo referir como esta extemporaneidade foi já referida e criticada por muitos dos autores que aqui são comentados. É por isso, não por opções pessoais, que autores marcantes do discurso crítico português são mais vezes mencionados que outras figuras com relevância cultural comparável. Em rigor, esta não é tanto uma história das ideias como uma história de um discurso: que Pessoa ou Saramago (por exemplo) tenham ideias pertinentes para o estudo do discurso crítico é eventualmente verdade; mas nas suas obras, o que encontramos é ficção ou poesia, não um discurso votado a uma função social reformista e progressista como aquele que se definiu na Europa moderna e no Portugal contemporâneo sob o nome «crítica». É por isso, por se tratar de um discurso e não de um pensamento, de ser inevitavelmente público e não apenas privado, que o «discurso crítico» desempenha uma função social documentalmente verificável e com consequências sociais comprováveis.

ÍNDICE GERAL

<i>Índice analítico</i>	7
Introdução	11

PARTE I

Uma conjuntura pré-moderna

1. Sinfonia de abertura	25
2. O discurso crítico face ao messianismo	39
3. O discurso crítico como opção política face à História de Portugal	59
4. <i>Disjecta membra</i> : como o Modernismo se antecipou em Portugal	73
aos Modernos	
5. União cívica e desunião intelectual: a autonomização do discurso	89
crítico dos «jovens»	
6. Mito por mito: a «mitocrítica» de Eduardo Lourenço e a entronização	109
do Modernismo sobre a Modernidade	
7. Consequências de um Modernismo classicista: arte viva e civismo	137
crítico	
8. Do Progresso para o futuro à Revolução no presente: o civismo	155
crítico entre a cultura humanista e cultura integral	
9. Partidarização do civismo, especialização do discurso crítico ...	183

PARTE II

Uma conjuntura de transição

10. A transição do discurso crítico para uma nova estrutura: a caminho	201
da universidade	

11. As ciências sociais, tempo e contratempos	223
12. Filosofia e História, o dilema da cultura portuguesa entre tradição castiça e modernidade estrangeirada	245
13. Rumo à Europa	271
14. A caça a Sérgio	293
15. O neo-realismo sobre o neo-realismo: o passamento da geração de 1930	317
16. Estrangeirados, um conceito contemporâneo	337
17. Uma sociedade civil	367

PARTE III

Uma conjuntura europeia

18. O 25 de Abril: crise ou revolução?	401
19. O novo <i>establishment</i>	425
20. O Fiel Inimigo	443
21. Portugal como Europa	467
<i>Bibliografia</i>	487
<i>Índice onomástico</i>	499

Vol. I

Nota prévia	7
<i>Índice analítico</i>	9
Introdução	11
1. Ambições e condição do discurso crítico humanista (Erasmus)	17
2. Como a crítica se desvinculou do passado: o fazer da História.....	33
3. Condições da crítica: Laicidade e História	49
4. A crítica na cidade: Espinosa e a prática da crítica	59
5. Que é a Modernidade?	71
6. De Hobbes a Richelieu — e Habermas	87
7. A crítica não é (só) uma opinião	101
8. Como a utopia se realizou: a crítica, instituição moderna	117
9. A institucionalização do discurso crítico	131
10. O progresso pela crítica	147
11. Progressos e desigualdades	159
12. Um Kant prático	173
13. Os vários estômagos	189
14. Epílogos	211
<i>Bibliografia</i>	225
<i>Índice onomástico</i>	229